



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

1º TRIMESTRE
31 DE MARÇO DE 2013

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	74.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Ordinária		0,20239
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,20239
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,22263

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.947.603	3.892.863
1.01	Ativo Circulante	1.052.786	991.045
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	211.759	192.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.255	6.761
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.255	6.761
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.255	6.761
1.01.03	Contas a Receber	593.479	677.858
1.01.03.01	Clientes	593.479	677.858
1.01.04	Estoques	6.844	6.324
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.140	56.942
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.140	56.942
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.458	1.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	154.851	48.870
1.01.08.03	Outros	154.851	48.870
1.01.08.03.01	Recursos CDE	103.204	0
1.01.08.03.02	Serviços em Cursos	14.050	13.014
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	37.597	35.856
1.02	Ativo Não Circulante	2.894.817	2.901.818
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.111.039	1.113.889
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11	2.803
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11	2.803
1.02.01.03	Contas a Receber	218.796	245.597
1.02.01.03.01	Clientes	218.796	245.597
1.02.01.06	Tributos Diferidos	341.429	344.645
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	341.429	344.645
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	550.803	520.844
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	15.792	17.689
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	38.981	36.865
1.02.01.09.05	Entidade Previdência Privada	769	0
1.02.01.09.06	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	493.103	464.132
1.02.01.09.07	Outros Ativos Não Circulantes	2.158	2.158
1.02.02	Investimentos	2.734	2.734
1.02.04	Intangível	1.781.044	1.785.195
1.02.04.01	Intangíveis	1.781.044	1.785.195
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.781.044	1.785.195

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.947.603	3.892.863
2.01	Passivo Circulante	1.080.533	938.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.890	23.043
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.890	23.043
2.01.02	Fornecedores	426.781	348.452
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	426.781	348.452
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.983	106.177
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.983	106.177
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	98.983	106.177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	326.090	277.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	265.296	173.501
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	263.985	172.266
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.311	1.235
2.01.04.02	Debêntures	60.794	103.750
2.01.05	Outras Obrigações	183.762	166.755
2.01.05.02	Outros	183.762	166.755
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.032	4.114
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	29.346	18.785
2.01.05.02.05	Entidade Previdência Privada	15.044	16.298
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	135.340	127.558
2.01.06	Provisões	20.027	17.187
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.027	17.187
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.214	8.362
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	10.813	8.825
2.02	Passivo Não Circulante	1.328.212	1.435.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	853.763	946.716
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	494.389	587.417
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	490.591	583.645
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.798	3.772
2.02.01.02	Debêntures	359.374	359.299
2.02.02	Outras Obrigações	425.161	438.170
2.02.02.02	Outros	425.161	438.170
2.02.02.02.03	Fornecedores	26.460	26.030
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	25.599	43.213
2.02.02.02.05	Entidade Previdência Privada	350.005	347.306
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	23.097	21.621
2.02.04	Provisões	49.288	50.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.288	50.883
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.428	1.467
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17.639	18.416
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	30.221	31.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.538.858	1.518.229
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.04	Reservas de Lucros	412.523	412.444
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.214	14.214
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.523	268.523
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	11.337	11.337
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucro	414	335
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.062	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-42.981	-42.469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	821.319	782.290
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-683.932	-549.149
3.03	Resultado Bruto	137.387	233.141
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-95.628	-155.391
3.04.01	Despesas com Vendas	-58.328	-119.839
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.300	-35.529
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-21
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.759	77.750
3.06	Resultado Financeiro	-14.973	-16.785
3.06.01	Receitas Financeiras	28.271	33.525
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.244	-50.310
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.786	60.965
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.724	-10.089
3.08.01	Corrente	-2.244	-11.586
3.08.02	Diferido	-3.480	1.497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.062	50.876
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.062	50.876
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,28200	0,68120
3.99.01.02	PNA	0,28200	0,68120
3.99.01.03	PNB	0,31020	0,74930

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	21.062	50.876
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-512	12.241
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	-470
4.02.02	Ganhos (perdas) atuarial do plano de benefício definido	-776	19.017
4.02.03	Tributos s/ ganhos (perdas)	264	-6.306
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.550	63.117

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	151.654	156.458
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	134.342	221.749
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	26.786	60.964
6.01.01.02	Amortização	39.061	32.233
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias cambiais e outras receitas financeiras	42.640	44.594
6.01.01.04	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-977	0
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	1.229	1.389
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	7.288	4.744
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.315	77.825
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.312	-65.291
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	92.865	-11.142
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-11.301	-5.315
6.01.02.03	Estoques	-520	-1.765
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.796	-890
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-5.770	-3.672
6.01.02.06	Entidade de previdência privada	-769	0
6.01.02.07	Outros ativos	-106.118	-4.847
6.01.02.08	Fornecedores	78.759	-16.469
6.01.02.09	Salários e encargos a pagar	1.847	2.197
6.01.02.10	Encargos de dívidas e swaps pagos	-10.541	-17.497
6.01.02.11	Taxas regulamentares	-7.053	4.161
6.01.02.12	Imposto de renda (IR) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pagos	-1.091	-7.844
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	-8.347	1.998
6.01.02.14	Indenizações/contingências pagas	-7.565	-6.003
6.01.02.15	Entidade de previdência privada	-4.545	-6.621
6.01.02.16	Outros passivos	9.257	8.418
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-63.050	-140.062
6.02.01	Aquisição de intangível	-64.390	-71.491
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-7.946	-102.993
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	9.286	34.422
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.447	-53.886
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	7.084	52.182
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-27.942	-55.891
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	-48.980	-48.980
6.03.04	Obrigações vinculadas	393	964
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2	-2.161
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.157	-37.490
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.602	236.788
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	211.759	199.298

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	412.444	0	-42.469	1.518.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	412.444	0	-42.469	1.518.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	79	0	0	79
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	79	0	0	79
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.062	-512	20.550
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.062	0	21.062
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-512	-512
5.05.02.06	Perdas atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	-512	-512
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	412.523	21.062	-42.981	1.538.858

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	444.826	0	23.014	1.616.094
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	444.826	0	23.014	1.616.094
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.875	12.241	63.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.875	0	50.875
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.241	12.241
5.05.02.06	Perda sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-310	-310
5.05.02.07	Ganho atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.551	12.551
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	444.826	50.875	35.255	1.679.210

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.092.600	1.079.495
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.122.116	1.170.108
7.01.02	Outras Receitas	0	-22
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.516	-90.591
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-714.601	-579.446
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-577.545	-442.545
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.056	-136.901
7.03	Valor Adicionado Bruto	377.999	500.049
7.04	Retenções	-39.061	-32.233
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.061	-32.233
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	338.938	467.816
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.271	33.526
7.06.02	Receitas Financeiras	28.271	33.526
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	367.209	501.342
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	367.209	501.342
7.08.01	Pessoal	31.525	34.923
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.799	20.180
7.08.01.02	Benefícios	13.553	13.892
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.791	4.607
7.08.01.04	Outros	-8.618	-3.756
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	270.794	364.756
7.08.02.01	Federais	69.820	135.977
7.08.02.02	Estaduais	199.202	227.375
7.08.02.03	Municipais	1.772	1.404
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.828	50.787
7.08.03.01	Juros	43.244	50.310
7.08.03.02	Aluguéis	584	477
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.062	50.876
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.062	50.876

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE é uma distribuidora de energia elétrica, com atuação em todo o Estado de Pernambuco e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, com população estimada de 8,959 milhões de habitantes em 185 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE. Sua área de concessão engloba 98.547 Km².

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos (*)					
	1º Trimestre		Composição Vertical		Variação Horizontal	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	1º Trim/13 - 1º Trim/12	
				Quantidade	%	
Residencial	2.873.624	2.755.404	87,8%	86,8%	118.220	4,3%
Industrial	12.382	12.639	0,4%	0,4%	(257)	-2,0%
Comercial	201.160	197.608	6,1%	6,2%	3.552	1,8%
Rural	155.814	176.482	4,8%	5,6%	(20.668)	-11,7%
Poder Público	22.199	21.823	0,7%	0,7%	376	1,7%
Iluminação Pública	5.445	5.358	0,2%	0,2%	87	1,6%
Serviço Público	3.042	2.860	0,1%	0,1%	182	6,4%
Subtotal	3.273.666	3.172.174	100,0%	100,0%	101.492	3,2%
Consumo Próprio	950	931	0,0%	0,0%	19	2,0%
Suprimento	28	35	0,0%	0,0%	(7)	-20,0%
Total	3.274.644	3.173.140	100,0%	100,0%	101.504	3,2%

(*) Incluindo novos clientes sem o primeiro faturamento.

Em 31 de março de 2013, o número de consumidores ativos apresentou um crescimento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 101.504 novos consumidores, representando cerca de 278 novas ligações por dia.

A classe residencial, que representa 87,8% do total de consumidores, apresentou um crescimento de 4,3%. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

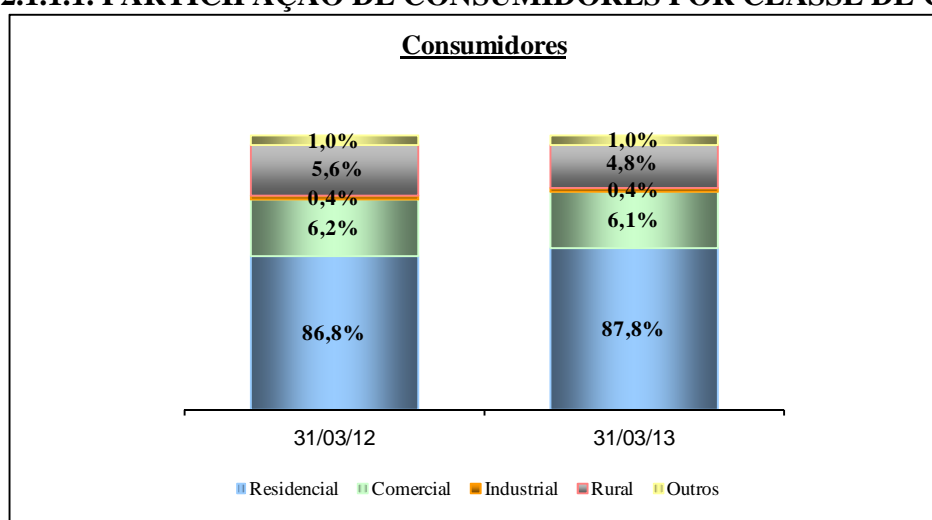
01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo. O crescimento de Pernambuco em comparação ao nacional pode ser visualizado a partir da análise do PIB em 2012 cujo crescimento no estado foi de 2,3% em relação a 2011 contra 0,9% de crescimento no país para igual período, de acordo com dados preliminares divulgados pela Agência CONDEPE/FIDEM.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL

A participação de clientes de baixa renda na classe residencial mostra uma evolução em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da adoção de várias ações de captação de cadastramento, tais como: arquivo de dados com a Caixa Econômica Federal e MDS (Ministério e Desenvolvimento Social); parcerias com diversas prefeituras; ação Celpe na comunidade; utilização do telefone do 08000-3217; Campanhas na mídia, nos 3.500 ônibus do consórcio Grande Recife e no Metrô; e sorteio de geladeiras.

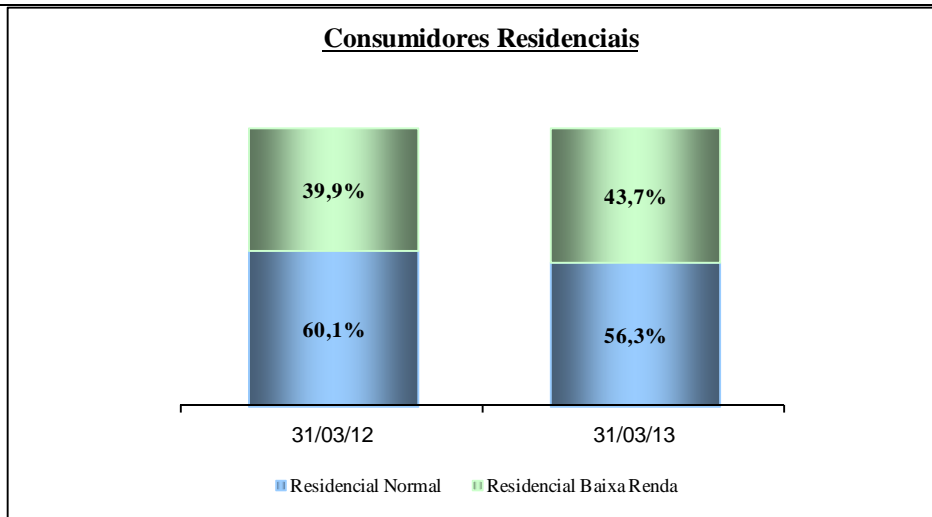
Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**2.1.2 CONSUMO**

Evolução do Consumo por classe em MWh

Descrição	1º Trimestre		Composição Vertical %		Variação Horizontal	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	1º Trim/13 - 1º Trim/12	
					Quantidade	%
Residencial	1.138.219	1.041.295	43,0%	40,5%	96.924	9,3%
Industrial	335.059	397.571	12,7%	15,5%	(62.512)	-15,7%
Comercial	582.679	563.171	22,0%	21,9%	19.508	3,5%
Rural	171.403	155.082	6,5%	6,0%	16.321	10,5%
Poder Público	159.939	150.082	6,0%	5,8%	9.857	6,6%
Iluminação Pública	101.846	103.235	3,8%	4,0%	(1.389)	-1,3%
Serviço Público	153.669	158.302	5,8%	6,2%	(4.632)	-2,9%
Subtotal	2.642.814	2.568.738	99,9%	99,9%	74.077	2,9%
Consumo Próprio	3.053	3.254	0,1%	0,1%	(201,26)	-6,2%
Total	2.645.867	2.571.992	100,0%	100,0%	73.876	2,9%

No primeiro trimestre de 2013, o mercado cativo de energia da CELPE apresentou um crescimento de 2,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando considerado o mercado cativo mais o mercado livre, o crescimento foi de 7,4%. A migração de clientes para o mercado livre explica a diferença entre a variação do mercado cativo e do mercado distribuído (cativo mais livre).

A classe residencial, que representa 43,0% do mercado cativo da CELPE, apresentou ao longo do primeiro trimestre do ano, uma elevação de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado está acima da média histórica da classe e pode

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

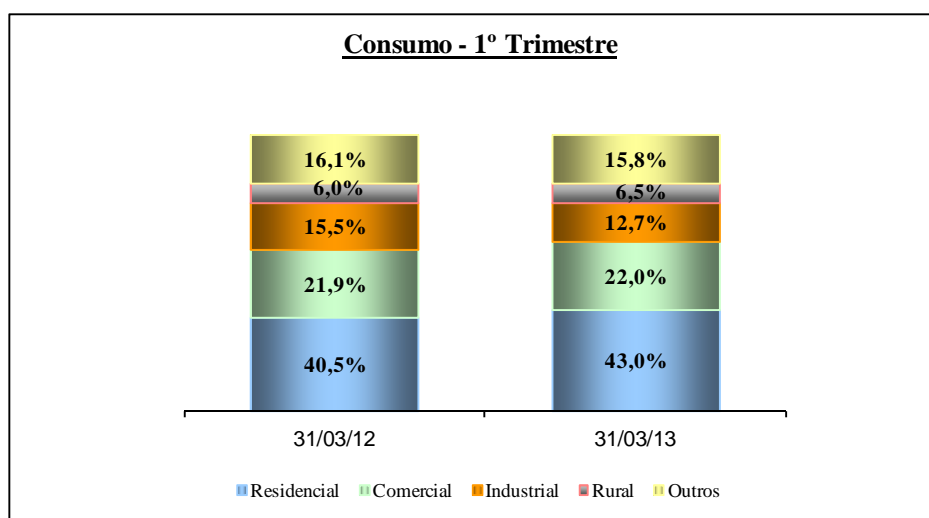
ser explicado pela elevação da temperatura média, uma vez que o primeiro trimestre de 2013 superou em 1,18°C o mesmo trimestre de 2012 no estado de Pernambuco.

A migração de clientes para o mercado livre vem afetando, sobretudo, o desempenho da classe industrial que reduziu 15,7% no trimestre e da comercial que teve uma taxa de crescimento moderada de 3,5% no mesmo período. Os dois segmentos representam respectivamente 12,7% e 22,0% do mercado cativo da empresa e são a segunda e a terceira classe da maior participação de consumo na CELPE em relação ao mercado cativo total da empresa. Analisando no âmbito da energia distribuída (Cativo + Livre) a classe industrial apresentou uma elevação de 6,6% no mesmo período, corroborando com o crescimento industrial em Pernambuco que está acima do verificado na esfera nacional ao longo do ano. Já a classe comercial fechou o trimestre com um crescimento de 8,9%, em função da elevação da temperatura média no estado e na ampliação de abertura de grandes centros comerciais. O aumento da temperatura implica em uma maior utilização de equipamentos de refrigeração.

A classe rural, que representa apenas 6,5% do mercado cativo, é o segmento mais susceptível a oscilações decorrentes de fatores climáticos, sobretudo incidência de chuvas. No primeiro trimestre a redução do índice pluviométrico foi de 27,4% em relação o mesmo período do ano anterior, tendo como consequência a necessidade de maior bombeamento d'água para irrigação.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh

A participação das classes vem mantendo-se estável nos últimos anos, com aumento da participação das classes sensíveis a variações climáticas.



Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÕES ENERGIA EXISTENTE	%	CONTRATOS		RESIDENCIAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL		RURAL		OUTROS	
399.737	12,21	3.273.249		1.138.219	43,02	335.059	12,66	582.679	22,02	171.403	6,48	418.507	15,82
1.753.111	53,58	3.271.953		1.041.295	40,49	397.571	15,46	563.171	21,90	155.082	6,03	414.872	16,13
LEILÕES ENERGIA NOVA	%	GER. PRÓPRIA		MERCADO	%	MERCADO LIVRE	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	%	PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%		
1.000.679	30,57	4.034		2.645.867	66,98	483.732	12,25	39.954	1,01	780.447	19,76		
930.608	28,43	3.903		2.571.992	70,69	341.592	9,39	42.792	1,18	681.839	18,74		
LEILÕES DE FONTE ALTERNATIVA	%	MERCADO LIVRE	INJETADA	MERCADO LIVRE	%	MERCADO LIVRE	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	%	PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%		
9.846	0,30	483.732	3.950.001	483.732	12,25	483.732	12,25	39.954	1,01	780.447	19,76		
7.527	0,23	341.592	3.638.214	341.592	9,39	341.592	9,39	42.792	1,18	681.839	18,74		
TERMOPE	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)		SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	%	PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%		
842.790	25,75	39.954		39.954	1,01	39.954	1,01	39.954	1,01	780.447	19,76		
852.150	26,04	42.792		42.792	1,18	42.792	1,18	42.792	1,18	681.839	18,74		
NC ENERGIA	%	PERDAS REDE BÁSICA		PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%	PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%	PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%	PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%		
-	0,00	(71.263)		780.447	19,76	780.447	19,76	780.447	19,76	780.447	19,76		
-	0,00	(87.820)		681.839	18,74	681.839	18,74	681.839	18,74	681.839	18,74		
PROINFA	%	SOBRAS		SOBRAS		SOBRAS		SOBRAS		SOBRAS			
60.601	1,85	-		-		-		-		-			
64.231	1,96	(8.553)		(8.553)		(8.553)		(8.553)		(8.553)			
MCS D	%	DÉFICITS		DÉFICITS		DÉFICITS		DÉFICITS		DÉFICITS			
(39.047)	(1,19)	220.294		220.294		220.294		220.294		220.294			
(335.675)	(10,26)	74.348		74.348		74.348		74.348		74.348			
OUTROS	%												
998.644	30,51												
-	0,00												

Legenda:

1º Trimestre 2013
1º Trimestre 2012

O Balanço Energético da Companhia indica que do montante da energia injetada, 67,0% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 12,2% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 2.645.867 MWh, de energia durante o trimestre, representando um acréscimo de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do crescimento vegetativo da carga do estado de Pernambuco, a variação sofreu influência da migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL).

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 483.732 MWh de energia durante o trimestre, representando uma aumento de 41,6% em relação ao mesmo período do ano

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENER G DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente à migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido de 13 clientes que migraram para o ACL em 2013.

4. INVESTIMENTOS

	1º Trimestre/2013
	Investimento
	Total
Geração	35
Distribuição	62.773
Comercialização	10
Administração	1.573
Total	64.390

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto na comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No primeiro trimestre de 2013 foram investidos cerca de R\$ 64.390.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao atendimento às novas ligações de clientes urbanos e rurais, renovação da rede de distribuição de média e baixa tensão, expansão do sistema elétrico para atendimento ao aumento da demanda e combate às perdas de energia elétrica.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de subtransmissão;
- Automação da rede de distribuição;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.122.116	1.170.107	(47.991)	-4,1%
Deduções da Receita Bruta	(300.796)	(387.817)	87.021	-22,4%
Receita Líquida	821.319	782.290	39.029	5,0%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(683.932)	(601.626)	(82.306)	13,7%
Resultado Bruto	137.387	180.664	(43.277)	-24,0%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	(95.628)	(102.914)	7.286	-7,1%
Resultado do Serviço	41.758	77.750	(35.992)	-46,3%
(-) Amortização	38.156	31.137	7.019	22,5%
EBITDA	79.914	108.887	(28.973)	-26,6%
Resultado Financeiro	(14.973)	(16.785)	1.812	-10,8%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	26.786	60.965	(34.180)	-56,1%
IR e CSLL	(5.724)	(10.089)	4.365	-43,3%
Lucro do Período	21.062	50.876	(29.814)	-58,6%

5.1.1 RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2013 uma receita líquida de R\$ 821.319 contra R\$ 782.290 do mesmo período do ano anterior, representando uma variação favorável de 5,0%.

Os fatores determinantes dessa variação é decorrente principalmente:

✓ Das receitas de:

- Fornecimento de energia elétrica, por apresentar variação desfavorável de R\$ 26.200, devido a redução de tarifa de energia, conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº. 1.429, de 24 de janeiro de 2013.

- Disponibilização do sistema de distribuição, por apresentar variação desfavorável de R\$ 57.771, decorrente principalmente a retração no ritmo da migração de clientes para o ambiente de contratação livre no início do ano, em virtude do aumento do preço no mercado de curto prazo (PLD); e à redução do valor da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, conforme Resolução Extraordinária Homologatória 1.418/2013.

- Subvenção CDE, por apresentar variação favorável de R\$ 20.614, decorrente principalmente, de valor mensal homologado, através da Resolução Extraordinária Homologatória 1418, de R\$ 7.090 mi, a ser repassada pela Eletrobrás a partir de

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENER G DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

fevereiro de 2013, referente à subvenção CDE (rural, irrigante e aquicultor, serviço público de água/esgoto/saneamento e fontes alternativas).

- Receita de construção variação desfavorável de R\$ 9.473, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida no custo. As receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria foram contabilizadas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas aos contratos de construção.
- ✓ Das deduções da receita:
 - ICMS e PIS/COFINS, por apresentar variação favorável, devido principalmente à queda da receita bruta de vendas e/ou serviços.
 - Redução do encargo da quota de reserva global de - RGR no montante de R\$ 5.739, em função da sua extinção, através da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Despacho ANEEL nº 34 de 10 de janeiro de 2013.
 - Conta de Consumo de Combustível - CCC, por apresentar variação favorável de R\$ 30.072, devido principalmente à extinção da quota fixada pela ANEEL, conforme lei nº 12.783/2013 e da Resolução Homologatória 1.418, que isenta o valor a partir de Fevereiro/2013.

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis:				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(517.624)	(359.167)	(158.457)	44,1%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(17.179)	(43.804)	26.625	-60,8%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.474)	(1.474)	-	0,0%
	<u>(536.277)</u>	<u>(404.445)</u>	<u>(131.832)</u>	<u>32,6%</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis:				
Pessoal e Administradores	(36.661)	(39.984)	3.323	-8,3%
Material	(2.201)	(2.553)	352	-13,8%
Serviços de Terceiros	(60.499)	(56.243)	(4.256)	7,6%
Amortização	(38.156)	(31.136)	(7.020)	22,5%
Provisões Líquidas – PCLD	(29.516)	(90.591)	61.075	-67,4%
Provisões Líquidas – Contingências	(2.149)	1.260	(3.409)	-270,5%
Custo de Construção	(62.500)	(71.973)	9.473	-13,2%
Outros	(11.600)	(8.875)	(2.725)	30,7%
	<u>(243.283)</u>	<u>(300.095)</u>	<u>56.812</u>	<u>-18,9%</u>
Total	<u><u>(779.560)</u></u>	<u><u>(704.540)</u></u>	<u><u>(75.020)</u></u>	<u><u>10,6%</u></u>

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2013 tiveram um acréscimo de 10,6%, correspondendo a R\$ 75.020 em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2012.

Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- ✓ Energia elétrica comprada para revenda, variação desfavorável de R\$ 158.457, em função:
 - Do aumento no volume de energia injetada de 8,57% (311.786 MWh), em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica. Além disso, deve considerar o fato da ONS está despachando todas as Usinas Térmicas fora da ordem de mérito, visando a segurança do sistema.
 - Dos recursos da CDE destinados a cobrir os custos adicionais com risco hidrológico, exposição involuntária e ESS segurança energética, conforme Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013;
- ✓ Provisões líquidas - PCLD, variação favorável de R\$ 61.075, em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança, impactando no aumento da PCLD no 1º trimestre de 2012.
- ✓ Custo de construção, variação favorável de R\$ 9.473, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da Receita.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	3.389	7.125	(3.736)	-52,4%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	12.060	15.345	(3.285)	-21,4%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	(20.798)	(31.299)	10.501	-33,6%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(9.624)	(7.956)	(1.668)	21,0%
Total	(14.973)	(16.785)	1.812	-10,8%

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O resultado financeiro apresentou uma variação favorável de 10,8%, impactando em R\$ 1.812, passando de R\$ 16.785 de despesa no primeiro trimestre de 2012 para R\$ 14.973 no mesmo período de 2013.

Essa variação deve-se principalmente a:

- ✓ Renda de aplicações financeiras que apresentou variação negativa de R\$ 3.736, devido principalmente à redução do saldo medido de disponibilidades, aplicações dadas como garantia e ao decréscimo do indicador de correção das aplicações (CDI) em relação ao período anterior.
- ✓ Juros, comissões e acréscimo moratório de energia que apresentou variação desfavorável de R\$ 3.285, devido principalmente à redução do parcelamento.
- ✓ Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) que apresentou variação positiva de R\$ 10.501, devido basicamente pela queda da despesa com encargos de dívida em função de um menor volume de captações de recursos de investimento de distribuição da Companhia e à redução da taxa de juros (CDI e TJLP) vinculada ao endividamento da companhia.

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação % 2012/2011
	31/03/13	31/03/12	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	1.122.115	1.170.107	-4,10%
Receita Operacional Líquida	821.318	782.290	4,99%
EBITDA	79.915	108.887	-26,61%
Resultado do Serviço	41.759	77.750	-46,29%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(14.973)	(16.785)	-10,79%
Lucro Líquido	21.062	50.876	-58,60%
Margem EBITDA (%)	9,73%	13,92%	-4,19%
Margem Operacional (%)	5,08%	9,94%	-4,85%
Margem Líquida (%)	2,56%	6,50%	-3,94%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	3.947.603	3.921.575	0,7%
Dívida Bruta	1.322.700	1.537.522	-14,0%
Patrimônio Líquido	1.538.858	1.679.212	-8,4%
Investimentos	64.390	71.491	-9,9%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	1.102.676	1.192.097	-7,5%
Dívida Total Líquida / EBITDA (*)	5,605	2,282	145,6%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,417	0,415	0,5%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	0,108	0,065	66,3%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,390	0,428	-9,0%
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.	196.744	522.422	-62,3%

Variação %

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

<u>Indicadores de Produtividade</u>	Variação %		
	31/03/13	31/03/12	2013/2012
Nº de Empregados	1.711	1.658	3,2%
Nº de Consumidores	3.274.644	3.173.140	3,2%
Consumidores/Empregados	1.914	1.914	0,0%
Receita Operacional Líquida/Empregados	480	472	1,7%

A receita operacional líquida até 31 de março desse ano apresentou aumento de 4,99% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que justifica o acréscimo de 1,7% do índice ROL/empregados.

<u>Conciliação EBITDA</u>	1º Trimestre		Variação % 2013/2012
	31/03/13	31/03/12	
Lucro líquido	21.062	50.876	-58,6%
Despesas financeiras	43.244	50.310	-14,0%
Receitas financeiras	(28.271)	(33.526)	-15,7%
Imposto de renda	1.303	5.465	-76,2%
Amortização	38.156	31.137	22,5%
Amortização de ágio	4.421	4.625	-4,4%
EBITDA	79.915	108.887	-26,6%

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	211.759	192.602
Contas a receber de clientes e outros	4	593.479	677.858
Títulos e valores mobiliários	5	8.255	6.761
Recursos CDE	6	103.204	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	70.140	56.942
Estoques		6.844	6.324
Despesas pagas antecipadamente		7.458	1.688
Serviços em curso	8	14.050	13.014
Outros ativos circulantes	9	37.597	35.856
TOTAL DO CIRCULANTE		1.052.786	991.045
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	218.796	245.597
Títulos e valores mobiliários	5	11	2.803
Impostos e contribuições a recuperar	7	15.792	17.689
Impostos e contribuições diferidos	10	341.429	344.645
Depósitos judiciais	11	38.981	36.865
Entidade de Previdência Privada		769	
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	493.103	464.132
Outros ativos não circulantes	9	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.734
Intangível	13	1.781.044	1.785.195
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.894.817	2.901.818
TOTAL DO ATIVO		3.947.603	3.892.863

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	426.781	348.452
Empréstimos e financiamentos	15	265.296	173.501
Debêntures	16	60.794	103.750
Salários e encargos a pagar	17	24.890	23.043
Taxas regulamentares	18	29.346	18.785
Impostos e contribuições a recolher	19	98.983	106.177
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	4.032	4.114
Provisões	21	20.027	17.187
Entidade de previdência privada	31	15.044	16.298
Outros passivos circulantes	22	135.340	127.558
TOTAL DO CIRCULANTE		1.080.533	938.865
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	26.460	26.030
Empréstimos e financiamentos	15	494.389	587.417
Debêntures	16	359.374	359.299
Taxas regulamentares	18	25.599	43.213
Provisões	21	49.288	50.883
Entidade de previdência privada	31	350.005	347.306
Outros passivos não circulantes	22	23.097	21.621
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.328.212	1.435.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		401.186	401.107
Outros resultados abrangentes		(42.981)	(42.469)
Proposta de distribuição de dividendos adicional		11.337	11.337
Lucro acumulado		21.062	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.538.858	1.518.229
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.947.603	3.892.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
RECETA LÍQUIDA	24	821.319	782.290
CUSTO DO SERVIÇO	25	<u>(683.932)</u>	<u>(549.148)</u>
LUCRO BRUTO		137.387	233.142
Despesas com vendas	25	(58.328)	(119.839)
Despesas gerais e administrativas	25	<u>(37.300)</u>	<u>(35.553)</u>
LUCRO OPERACIONAL		41.759	77.750
Resultado financeiro		<u>(14.973)</u>	<u>(16.785)</u>
Receitas financeiras	26	28.271	33.525
Despesas financeiras	26	<u>(43.244)</u>	<u>(50.310)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26.786	60.965
Imposto de renda e contribuição social		<u>(5.724)</u>	<u>(10.089)</u>
Corrente	10	(6.398)	(22.400)
Diferido	10	941	6.123
Imposto de renda - SUDENE	10	4.154	10.814
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	10	<u>(4.421)</u>	<u>(4.626)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.062</u>	<u>50.876</u>
LUCRO BÁSICO EDILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		0,2820	0,6812
Preferencial A		0,2820	0,6812
Preferencial B		0,3102	0,7493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro do exercício	21.062	50.876
Outros resultados abrangentes		
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	(470)
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	(776)	19.017
Tributos s/ ganhos (perdas)	264	(6.306)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(512)	12.241
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>20.550</u>	<u>63.117</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital					Reserva de Lucros				Outros Resultados Abangenerais	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Dívidas Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ação	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.077	454.999	73.004	268.510	118.036	230.14	230	50.876	50.876	58.950	1.616.094		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6300	-	-	6300	-	6300		
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	12.551	-	-	12.551	-	12.551		
Ganhos atuariais do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	12.241	-	-	12.241	-	12.241		
Perda (ganho) líquidos	-	-	-	-	-	35.255	-	-	35.255	-	35.255		
Saldo em 31 de março de 2012	30.077	454.999	73.004	268.510	118.036	230	50.876	50.876	58.950	1.679.211			

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros				Outros Resultados Abangenerais	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Dívidas Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ação	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	14.214	335	79	11.337	1.518.229			
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	79	-	79			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.062	-	-	21.062	21.062			
Perda líquida sobre atuariais do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)	(512)			
Saldo em 31 de março de 2013	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	14.214	414	21.062	11.337	1.538.858			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Ref.: 31/03/2013	31/03/2012 (Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	26.786	60.965
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	(*) 39.061	32.233
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	42.640	44.594
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(977)	-
Valor residual do ativo intangível baixado	1.229	1.389
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	7.288	4.744
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.315	77.825
	<u>134.342</u>	<u>221.750</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	92.865	(11.142)
IR e CSLL a recuperar	(3.606)	(5.206)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(7.695)	(109)
Estoques	(520)	(1.765)
Depósitos judiciais	(1.796)	(890)
Despesas pagas antecipadamente	(5.770)	(3.672)
Entidade de Previdência Privada	(769)	-
Outros ativos	(106.118)	(4.847)
	<u>(33.409)</u>	<u>(27.631)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	78.759	(16.469)
Salários e encargos a pagar	1.847	2.197
Encargos de dívidas e swap pagos	(10.541)	(17.497)
Taxas regulamentares	(7.053)	4.161
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.091)	(7.844)
Impostos e contribuições a recolher	(8.347)	1.998
Indenizações/contingências pagas	(7.565)	(6.003)
Entidade de previdência privada	(4.545)	(6.622)
Outros passivos	9.257	8.418
	<u>50.721</u>	<u>(37.661)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>151.654</u>	<u>156.458</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos		
Aquisição de intangível	(64.390)	(71.491)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(7.946)	(102.994)
Resgate de títulos e valores mobiliários	9.286	34.422
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(63.050)</u>	<u>(140.062)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	7.084	52.182
Captação de debêntures		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(27.942)	(55.891)
Amortização do principal de debêntures	(48.980)	(48.980)
Obrigações vinculadas	393	964
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2)	(2.161)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(69.447)</u>	<u>(53.886)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
	<u>19.157</u>	<u>(37.490)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	192.602	236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	211.759	199.298
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>19.157</u>	<u>(37.490)</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	Ref.:	31/03/2013	31/03/2012 (Reclassificado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		1.122.116	1.170.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(29.516)	(90.591)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos		-	(22)
		<u>1.092.600</u>	<u>1.079.495</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(555.599)	(392.753)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(20.015)	(48.241)
Matérias-primas consumidas		(1.931)	(1.551)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(137.056)	(136.901)
		<u>(714.601)</u>	<u>(579.446)</u>
Valor adicionado bruto		377.999	500.049
Amortização	(*)	(39.061)	(32.233)
Valor adicionado líquido		338.938	467.816
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		28.271	33.526
Valor adicionado total a distribuir		367.209	501.342
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		21.799	20.180
Encargos sociais (exceto INSS)		4.791	4.607
Entidade de previdência privada		2.050	3.023
Auxílio alimentação		2.533	2.163
Convênio assistencial e outros benefícios		872	603
Despesas com desligamento		465	3.837
Férias e 13º salário		5.094	4.985
Plano de saúde		918	880
Indenizações trabalhistas		267	585
Participação no resultado		2.086	2.238
Administradores		453	431
Encerramento de ordem em curso		529	145
(-) Transferência para Ordens		(10.332)	(8.754)
Subtotal		31.525	34.923
Impostos, taxas e contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		5.137	5.060
ICMS		199.202	227.375
PIS/COFINS sobre faturamento		40.374	60.594
Imposto de renda e contribuição social		5.724	10.091
Obrigações intra-setoriais		18.585	60.232
Outros		1.772	1.404
Subtotal		270.794	364.756
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros e variações cambiais		43.244	50.310
Aluguéis		584	477
Subtotal		43.828	50.787
Remuneração de Capitais Próprios			
Lucro		21.062	50.876
Subtotal		21.062	50.876
Valor adicionado distribuído		367.209	501.342

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias em 13 de maio de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1 – Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos três meses findos em 31 de março de 2013 foi elaborada e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em conformidade com IAS 34 – Interim financial review.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 – Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto pela aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme disposto a seguir:

Aplicação CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil engloba as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano.

A seguir estão apresentados os efeitos sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro de 2012, 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2012, que estão sendo apresentados meramente para fins de comparabilidade e não produzem efeitos acerca dos saldos divulgados e aprovados anteriormente.

	Balanco Patrimonial					
	31/03/2012			31/12/2012		
	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE	1.193.206	-	1.193.206	991.045	-	991.045
NÃO CIRCULANTE	2.739.368	(10.999)	2.728.369	2.879.940	21.878	2.901.818
ATIVO TOTAL	3.932.574	(10.999)	3.921.575	3.870.985	21.878	3.892.863
PASSIVO						
CIRCULANTE	891.545	-	891.545	938.865	-	938.865
NÃO CIRCULANTE	1.383.168	(32.350)	1.350.818	1.371.422	64.347	1.435.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.657.861	21.351	1.679.212	1.560.698	(42.469)	1.518.229
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	3.932.574	(10.999)	3.921.575	3.870.985	21.878	3.892.863

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Em 31/03/2012					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	590.174	558.080	412.444	13.905	-	1.574.603
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	21.351	-	21.351
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	412.444	35.256	-	1.595.954

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Em 31/12/2012					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	590.174	558.080	412.444	-	-	1.560.698
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	(42.469)	-	(42.469)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	412.444	(42.469)	-	1.518.229

2.3 – Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o trimestre findo em 31 de março de 2012 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.

A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/12	
	Balço Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo		
Não circulante		
Impostos e contribuições diferidos	322.767	344.645
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	318.791	348.452
Taxas regulamentares	48.446	18.785
Entidade de previdência privada	282.959	347.306
PL		
Outros resultados abrangentes	-	(42.469)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/12	
	Demonstração do Resultado	
	Publicado	Reclassificado
Custo		
Custo do serviço	(601.627)	(549.149)
Despesas		
Despesas com vendas	(67.361)	(119.839)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	15.136	13.459
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	23.137	20.229
Fundos de investimento	173.487	158.914
	<u>211.759</u>	<u>192.602</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Consumidores	(a)	1.216.846	1.301.184
Títulos a receber	(b)	2.214	2.214
Comercialização de energia na CCEE	(c)	46.611	53.063
Disponibilização do sistema de distribuição		17.383	19.779
Serviços prestados a terceiros		2.631	2.472
Serviços taxados e administrativos		49.916	51.100
Subvenções	(d)	38.404	33.296
Outros créditos		34.715	38.477
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	<u>(596.445)</u>	<u>(578.130)</u>
Total		<u>812.275</u>	<u>923.455</u>
Circulante		593.479	677.858
Não circulante		218.796	245.597

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	102.729	61.278	422.351	586.358	612.222	(422.351)	(412.510)
Industrial	43.002	5.846	79.800	128.648	143.936	(66.045)	(63.809)
Comercial, serviços e outras	66.373	14.844	61.285	142.502	165.092	(45.731)	(45.348)
Rural	19.443	7.556	51.052	78.051	81.124	(25.671)	(24.845)
	<u>231.547</u>	<u>89.524</u>	<u>614.488</u>	<u>935.559</u>	<u>1.002.374</u>	<u>(559.798)</u>	<u>(546.512)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	6.728	760	2.600	10.088	11.358	(1.234)	(1.155)
Estadual	12.389	1.196	831	14.416	15.339	(1.174)	(1.099)
Municipal	83.979	7.410	9.049	100.438	100.533	(6.053)	(5.649)
	<u>103.096</u>	<u>9.366</u>	<u>12.480</u>	<u>124.942</u>	<u>127.230</u>	<u>(8.461)</u>	<u>(7.903)</u>
Iluminação pública	8.473	4.221	12.710	25.404	28.329	(6.765)	(2.386)
Serviço público	18.643	1.094	7.191	26.928	31.482	(663)	(595)
Fornecimento não faturado	104.013	-	-	104.013	111.769	-	-
Total	<u>465.772</u>	<u>104.205</u>	<u>646.869</u>	<u>1.216.846</u>	<u>1.301.184</u>	<u>(575.687)</u>	<u>(557.396)</u>
Circulante				1.005.920	1.064.199	(561.580)	(541.675)
Não circulante				210.926	236.985	(14.107)	(15.721)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Setor público	34	5	27	66	66	(27)	(27)
Setor privado	859	107	1.182	2.148	2.148	(2.049)	(2.025)
Total	<u>893</u>	<u>112</u>	<u>1.209</u>	<u>2.214</u>	<u>2.214</u>	<u>(2.076)</u>	<u>(2.052)</u>
Circulante				1.774	1.662	(1.673)	(1.555)
Não circulante				440	552	(403)	(497)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenções:**Baixa Renda – Tarifa Social**

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 31.314, (R\$ 33.296 em 31 de dezembro 2012), relativo às subvenções dos meses de fevereiro (R\$ 15.912) e março (R\$ 15.402) de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CDE

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. O saldo a receber em 31 de março de 2013 é de R\$ 7.090, relativo à subvenção de março de 2013.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança da Companhia, conforme descrito a seguir: a) as decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; b) os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existentes para o grupo de baixa renda, visto que antes a análise era realizada anteriormente, considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada. Com a referida Lei, passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de mais de 770 mil clientes, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando a Companhia a deixar de receber a respectiva subvenção.

Do total de clientes da Celpe, que corresponde a cerca de 3,2 milhões de consumidores, a Companhia, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança. Este grupo foi denominado de Conjunto Monitorado, correspondendo a cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro desta classe, a maioria possuía perfil de baixo consumo de energia.

A Administração da Companhia, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma de cobrança previsto e durante 2012 os lotes foram devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Os clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(261.819)	(1.947)	-	(263.766)
Adições	(351.328)	(502)	(18.682)	(370.512)
Reversões	55.751	397	-	56.148
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(557.396)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(578.130)</u>
Adições	(18.744)	(201)	-	(18.945)
Reversões	453	177	-	630
Saldos em 31 de março de 2013	<u>(575.687)</u>	<u>(2.076)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(596.445)</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/13	31/12/12
Banco do Brasil	(c)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	7.798	-
Bradesco	(a, b)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	11	1.119
Bradesco		LFT	mar-13	CDI	-	22
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	343	5.230
Caixa Econômica Federal	(c)	Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	1.397
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	69	68
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	1.684
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	45	44
Total					<u>8.266</u>	<u>9.564</u>
Circulante					8.255	6.761
Não circulante					11	2.803

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 15).
 (b) Constituem garantia para leilão de energia.
 (*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	34.267
Aplicações	197.200
Resgates	(222.693)
Remuneração	789
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>9.564</u>
Aplicações	7.946
Resgates	(9.286)
Remuneração	42
Saldo em 31 de março de 2013	<u><u>8.266</u></u>

6. RECURSOS CDE

	Ref.:	<u>31/03/13</u>
Encargos do serviço do sistema	(a)	53.229
Risco hidrológico	(b)	18.600
Frustração de cotas	(c)	<u>31.375</u>
Total		<u><u>103.204</u></u>

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoelétricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário. Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

A ANEEL através do Despacho 1.312, de 30 de abril de 2013, homologou os valores definitivos da CDE referentes aos ajustes de janeiro de 2013 e as competências de fevereiro e março de 2013 a serem repassadas pela Eletrobrás até 06 de maio de 2013, às concessionárias de distribuição com recursos CDE, publicado no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2013.

Conforme decisão da Diretoria da ANEEL, de 09 de abril de 2013, a CCEE divulgou Calendário Operacional – CO 156/13, informando que as contabilizações de fevereiro e março/13 foram processadas individualmente e que o aporte de garantias e a liquidação financeira dessas operações ocorreram de forma unificada em 07 de maio de 2013.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	17.587	15.044
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	11.480	10.417
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.956	17.397
Programa de integração social - PIS	(c)	3.312	1.722
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	15.196	7.949
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		4.231	3.998
Imposto sobre serviços - ISS		378	415
		<u>70.140</u>	<u>56.942</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	15.792	17.689
		<u>15.792</u>	<u>17.689</u>
Total		<u>85.932</u>	<u>74.631</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, e de acordo com o disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008 e das retenções de órgãos públicos.

8. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Serviço próprio	3.733	3.092
Serviços prestados a terceiros	9.015	8.637
Transf. fabric. reparo de materias	<u>1.302</u>	<u>1.285</u>
Total	<u><u>14.050</u></u>	<u><u>13.014</u></u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	<u>151.958</u>	<u>150.754</u>
Diferido ativo		151.958	176.760
Diferido passivo		-	(26.006)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	<u>189.471</u>	<u>193.891</u>
Total		<u><u>341.429</u></u>	<u><u>344.645</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo			
	31/03/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	455.133	113.783	451.174	112.794
	455.133	113.783	451.174	112.794
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	424.162	38.175	421.778	37.960
	424.162	38.175	421.778	37.960
Total		151.958		150.754

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/03/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.459	81.459	76.716	76.716
Provisão para passivo atuarial	363.254	363.254	360.234	360.234
Provisão para demissão voluntária	124	124	1.032	1.032
Provisão para contingências	69.316	69.316	68.070	68.070
Provisão PLR	6.963	6.963	4.900	4.900
Prejuízo fiscal	-	-	6.045	6.045
Incentivo fiscal Sudene	30.971	-	29.396	-
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	1.217	1.217	633	633
Ativos e passivos regulatórios	152.503	152.503	22.345	22.345
Encerramento de ordem de serviço	7.074	7.074	7.074	7.074
Outros	4.045	4.045	3.615	3.615
Total Ativo	716.924	685.953	580.060	550.664
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Fair value de derivativos	(236)	(236)	(43)	(43)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(46.304)	(46.304)	(45.327)	(45.327)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(61.749)	(61.749)	(59.965)	(59.965)
Ativos e passivos regulatórios	(152.503)	(152.503)	(22.345)	(22.345)
Custo de captação	(1.000)	(1.000)	(1.206)	(1.206)
Total Passivo	(261.791)	(261.791)	(128.886)	(128.886)
Total Líquido	455.133	424.162	451.174	421.778

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	31/03/2013
	Ativo
2013	42.460
2014	18.020
2015	26.313
2016	31.551
2017	13.938
Total	<u>132.282</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2013 e 2012.

Ref.	31/03/13		31/03/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	26.786	26.786	60.966	60.966
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.421)	(4.421)	(4.626)	(4.626)
Ajustes decorrentes do RTT	127.994	127.994	(33.464)	(33.464)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	150.359	150.359	22.876	22.876
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>37.590</u>	<u>13.532</u>	<u>5.719</u>	<u>2.059</u>
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	7	3	4	1
Multas indedutíveis	0	0	3	1
Depreciação veículos executivos	10	4	14	5
Excesso despesas previdenciárias	841	303	729	262
Outras adições	3	1	1	4
	<u>861</u>	<u>310</u>	<u>751</u>	<u>273</u>
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.145)	(772)	(2.245)	(808)
Incentivo fiscal SUDENE	(4.154)	-	(10.814)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	-	-	(363)	-
Outras exclusões	(6)	-	-	-
	<u>(6.305)</u>	<u>(772)</u>	<u>(13.422)</u>	<u>(808)</u>
Imposto de renda e contribuição social no período	<u>32.145</u>	<u>13.070</u>	<u>(6.952)</u>	<u>1.524</u>
Diferido de diferença temporária de RTT	<u>(32.392)</u>	<u>(11.519)</u>	<u>7.880</u>	<u>3.012</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(247)</u>	<u>1.550</u>	<u>928</u>	<u>4.536</u>
Corrente	549	1.695	5.559	6.028
Recolhidos e Pagos	549	542	3.866	3.978
A pagar	-	1.153	1.693	2.050
Diferido	<u>(796)</u>	<u>(145)</u>	<u>(4.631)</u>	<u>(1.492)</u>
	<u>(247)</u>	<u>1.550</u>	<u>928</u>	<u>4.536</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n°s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		2.870	812
Adiantamentos a fornecedores	(a)	15.066	15.008
Serviços prestados a terceiros		3.444	4.198
Alienações em curso		1.911	2.037
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.100	5.086
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		3.488	2.998
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		648	647
Total		39.755	38.014
Circulante		37.597	35.856
Não circulante		2.158	2.158

(a) Valor de adiantamento as cooperativas, referente à aquisição dos seus ativos pela Celpe, conforme acordo firmado em 06/09/2012.

(b) Valor referente a débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil - RFB no parcelamento PAES e cuja revisão já está sendo realizada por este órgão por solicitação da Companhia.

(c) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	31/03/13	31/12/12
Trabalhistas	9.092	8.437
Cíveis	18.114	16.715
Fiscais:	11.775	11.713
PIS / COFINS	1.022	946
Impostos municipais	3.249	3.283
INSS	1.110	1.090
IOF	6.265	6.265
Outros	129	129
Total	38.981	36.865

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		269.623
Baixas		(5)
Transferências		170.724
Atualização monetária / valor justo		<u>23.790</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>464.132</u>
Baixas		(100)
Transferências	(a)	28.089
Atualização monetária / valor justo		<u>982</u>
Saldo em 31 de março de 2013		<u><u>493.103</u></u>

- (a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 23.610, líquida da transferência para o intangível em serviço em decorrência de reclassificação no montante de R\$ 4.479.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/13				31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,67%	3.234.172	(1.423.959)	(179.116)	1.631.097	1.629.000
Em curso						
Direito de uso da concessão		156.717	-	(6.770)	149.947	156.195
Total		<u>3.390.889</u>	<u>(1.423.959)</u>	<u>(185.886)</u>	<u>1.781.044</u>	<u>1.785.195</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.057.255	(1.387.478)	(199.466)	1.470.311	196.722	(6.193)	190.529	1.660.840
Adições	-	-	-	-	513.078	(7.833)	505.245	505.245
Baixas	(221.476)	213.558	513	(7.405)	98	-	98	(7.307)
Amortizações	-	(155.570)	9.673	(145.897)	-	-	-	(145.897)
Transferências - Intangíveis	545.964	-	(7.655)	538.309	(545.964)	7.655	(538.309)	-
Transferências - Ativos financeiros	(186.734)	-	16.010	(170.724)	-	-	-	(170.724)
Transferências - Outros	-	(55.594)	-	(55.594)	(1.368)	-	(1.368)	(56.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.195.009</u>	<u>(1.385.084)</u>	<u>(180.925)</u>	<u>1.629.000</u>	<u>162.566</u>	<u>(6.371)</u>	<u>156.195</u>	<u>1.785.195</u>
Adições	-	-	-	-	64.390	(393)	63.997	63.997
Baixas	(1.730)	1.293	-	(437)	(692)	-	(692)	(1.129)
Amortizações	-	(41.413)	2.351	(39.062)	-	-	-	(39.062)
Transferências - Intangíveis	45.372	-	(542)	44.830	(45.372)	542	(44.830)	-
Transferências - Ativos financeiros	(4.479)	-	-	(4.479)	(23.867)	257	(23.610)	(28.089)
Transferências - Outros	-	1.245	-	1.245	(308)	(805)	(1.113)	132
Saldos em 31 de março de 2013	<u>3.234.172</u>	<u>(1.423.959)</u>	<u>(179.116)</u>	<u>1.631.097</u>	<u>156.717</u>	<u>(6.770)</u>	<u>149.947</u>	<u>1.781.044</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Fornecedores	31/03/13	31/12/12
Energia elétrica:	330.390	286.861
Terceiros	259.595	214.383
Partes relacionadas	70.795	72.478
Encargos de uso da rede	65.047	23.040
Terceiros	64.990	22.968
Partes relacionadas	57	72
Materiais e serviços	31.344	38.551
Terceiros	30.929	38.162
Partes relacionadas	415	389
Energia livre	26.460	26.030
Total	<u>453.241</u>	<u>374.482</u>
Circulante	426.781	348.452
Não circulante	26.460	26.030

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	31/03/13	31/12/12	
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a	54	8.192	-	8.246	10.979	
BNB	10% a.a	-	-	-	-	1.407	
BNB 6	10% a.a.	93	26.884	60.490	87.467	94.195	
(-) Custos de transação		-	(94)	(88)	(182)	(210)	
		93	26.790	60.402	87.285	93.985	
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa / TJLP + 2,12% aa / TJLP + 3,12% aa /	1.020	62.387	260.362	323.769	330.535	
(-) Custos de transação	4,5% aa TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% aa / 5,5% aa	-	(2)	(2)	(4)	(4)	
		1.020	62.385	260.360	323.765	330.531	
Eletrobrás	6% a.a / 7% a.a	201	10.096	29.126	39.423	41.098	
(-) Custos de transação		-	(21)	(35)	(56)	(54)	
		201	10.075	29.091	39.367	41.044	
FINEP	TJLP + 5% aa	71	6.644	26.023	32.738	43.661	
(-) Custos de transação		-	(76)	(124)	(200)	(311)	
		71	6.568	25.899	32.538	43.350	
Consumidores		16	606	8.638	9.260	-	
(-) Custos de transação		-	(26)	(59)	(85)	-	
		16	580	8.579	9.175	-	
Banco do Brasil	99,5% CDI	57.229	-	153.092	210.321	208.352	
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	
Operações com swap		-	-	(20.364)	(20.364)	(21.398)	
		57.229	-	132.728	189.957	186.954	
Banco do Brasil	98,5% CDI	16.183	75.000	-	91.183	89.757	
(-) Custos de transação		-	(482)	-	(482)	(627)	
		16.183	74.518	-	90.701	89.130	
Outros	TR + 1,6% / TR + 2,1%	-	10	5	15	17	
Total moeda nacional		74.867	189.118	517.064	781.049	797.397	
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	53	1.302	4.180	5.535	5.788	
Operações com swap		-	(44)	(382)	(426)	(781)	
		53	1.258	3.798	5.109	5.007	
Total moeda estrangeira		53	1.258	3.798	5.109	5.007	
(-) Depósitos em Garantias		-	-	(26.473)	(26.473)	(41.486)	
Total		74.920	190.376	494.389	759.685	760.918	

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 6.520 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R\$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	221.839	(123)	221.716	327.301	(188)	327.113
2015	116.636	(110)	116.526	115.228	(104)	115.124
2016	90.754	(53)	90.701	89.334	(46)	89.288
2017	65.715	(22)	65.693	64.288	(19)	64.269
2018	25.429	(3)	25.426	25.213	(3)	25.210
Após 2018	800	-	800	780	-	780
Total obrigações	521.173	(311)	520.862	622.144	(360)	621.784
(-) Depósitos em Garantias			(26.473)			(34.367)
Total			494.389			587.417

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	167.108	554.448	1.540	4.999	728.095
Ingressos	18.730	127.453	-	-	146.183
Encargos	64.751	-	260	-	65.011
Variação monetária e cambial	-	-	132	499	631
Swap	-	(6.791)	(434)	(394)	(7.619)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(67)	3	3	(61)
Transferências	107.442	(107.442)	1.335	(1.335)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(178.860)	(11)	(1.601)	-	(180.472)
(-) Mov. depósitos em garantia	(7.118)	15.436	-	-	8.318
(-) Custos de transação	213	619	-	-	832
Saldos em 31 de dezembro de 2012	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	1.446	5.638	-	-	7.084
Encargos	15.693	-	53	-	15.746
Variação monetária e cambial	-	-	(55)	(164)	(219)
Swap	-	(2.442)	78	190	(2.174)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(193)	-	-	(193)
Transferências	104.016	(104.016)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(36.702)	-	-	-	(36.702)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.118	7.895	-	-	15.013
(-) Custos de transação	148	64	-	-	212
Saldos em 31 de março de 2013	263.985	490.591	1.311	3.798	759.685

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	31/03/13			31/12/12	
					Encargos	Principal		Encargos	Total
					Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
2ª Emissão	1ª	108,5% do CDI	108,5% do	15,27% a.a	532	48.980	-	49.512	99.113
(-) Custos de transação						(84)		(84)	(162)
					532	48.896	-	49.428	98.951
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	111,3% do	14,65% a.a	11.678	-	360.000	371.678	365.113
(-) Custos de transação					-	(312)	(626)	(938)	(1.015)
					11.678	(312)	359.374	370.740	364.098
Total					12.210	48.584	359.374	420.168	463.049

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

(b) Garantias

Para a 2ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	-	(237)	(237)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	360.000	(626)	359.374	360.000	(701)	359.299

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	194.330	456.782	651.112
Encargos	50.770	-	50.770
Transferências	97.820	(97.820)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(239.864)	-	(239.864)
(-) Custos de transação	694	337	1.031
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>103.750</u>	<u>359.299</u>	<u>463.049</u>
Encargos	7.724	-	7.724
Amortizações e pagamentos de juros	(50.761)	-	(50.761)
(-) Custos de transação	81	75	156
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>60.794</u></u>	<u><u>359.374</u></u>	<u><u>420.168</u></u>

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Salários	4.370	6.668
Provisões férias e 13º salário	8.425	6.380
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	4.286	4.327
Provisão PLR	6.963	4.900
Outros	846	768
Total	<u><u>24.890</u></u>	<u><u>23.043</u></u>

18. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	2.831	-
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	11.299
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		629	2.234
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		973	1.210
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		486	605
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	22.912	22.936
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	22.820	21.408
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		491	491
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	1.815
Total		<u><u>54.945</u></u>	<u><u>61.998</u></u>
Circulante		29.346	18.785
Não circulante		25.599	43.213

- (a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Em 27 de março de 2013, através do despacho nº 913, a ANEEL fixou os valores correspondentes à última quota de RGR e estabeleceu o recolhimento em parcela única em abril de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(1)	744	255
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(1)	1.695	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	61.970	75.962
Programa de integração social - PIS	(3)	4.497	3.411
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(3)	20.714	15.730
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.552	2.185
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		682	1.045
Imposto sobre serviços - ISS		1.180	1.445
Outros		5.949	6.144
Total		<u>98.983</u>	<u>106.177</u>

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.114
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Pagos no período	(2)
Prescritos	(80)
Saldos em 31 de março de 2013	<u>4.032</u>

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 20.027 classificadas no passivo circulante (R\$ 17.187 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 49.288 no não circulante (R\$ 50.883 em 31 de dezembro de 2012) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.777	39.826	1.467	68.070
Constituição	2.670	3.509	-	6.179
Baixas/reversão	(3.218)	(3.239)	-	(6.457)
Atualização	624	938	(39)	1.523
Saldos em 31 de março de 2013	<u>26.853</u>	<u>41.034</u>	<u>1.428</u>	<u>69.315</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		31/03/13	31/12/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	5.582	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.582	5.279
	2.743	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.299	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	13.137	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13.137	10.212
	110.374	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.897	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	7.351	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.351	8.096
	68.626	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.800	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	4.251	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.251	6.222
	51.654	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.111	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	7.224	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.224	7.134
	32.961	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.389	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório	17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16
	5.712	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	75	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública	1	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1	-
	3.943	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.674	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	2.046	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.046	1.904
	4.996	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	490	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações	785	1ª, 2ª e 3ª	Provável	785	753
	7	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elétrica	17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16
	2.299	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	623	1ª, 2ª e 3ª	Provável	623	194
	3.275	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	100.139	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	446.503			41.034	39.826

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		31/03/13	31/12/12
ICMS	315.330	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	1.174	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	394
	23.296	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.267	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	3.094	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL	2.266	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	189
	25.584	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	2.349	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	280	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS	21.411	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	4.432	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	381
	18.405	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	6.768	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	503
	677.446	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas	5.445	Administrativa	Possível	-	-
	4.413	Administrativa	Remota	-	-
Outras	50.012	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	12	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	1.162.985			1.428	1.467

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(1.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546, decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou por unanimidade procedente a dedutibilidade destas despesas, ainda aguarda a avaliação de um pedido de Recurso Especial por parte da Fazenda.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

22. OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Consumidores	(a)	10.170	12.165
Empregados - adiantamento acordo coletivo		20	17
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		10.328	6.221
Convênios		72	47
Caução em garantia	(b)	26.592	24.823
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.678
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	13.067	8.590
Adiantamentos recebidos	(d)	19.390	17.587
Cooperativas - Aquisição de Ativos	(e)	73.318	73.318
Outras		3.673	4.604
Total		<u>158.437</u>	<u>149.179</u>
Circulante		135.340	127.558
Não circulante		23.097	21.621

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL atreves da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.022.540	99,6	464.272	6,1	400.375	53,9	66.887.187	89,6
Outros	280.153	0,4	7.102.982	93,9	342.066	46,1	7.725.201	10,4
Total	66.302.693	100,0	7.567.254	100,0	742.441	100,0	74.612.388	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229.239	99,6	3.672.328	6,1	3.166.911	53,9	529.068.479	89,6
Outros	2.215.972	0,4	56.183.614	93,9	2.705.695	46,1	61.105.281	10,4
Total	524.445.211	100,0	59.855.942	100,0	5.872.607	100,0	590.173.759	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 8).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de março de 2013, o valor de R\$ 4.154 (R\$ 10.814 em 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/03/2013	31/03/2012
Fornecimento de energia	(a)	456.502	462.088
Receita de distribuição		445.139	454.232
Remuneração financeira wacc		11.363	7.856
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	8.703	722
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	562.702	620.473
Receita de distribuição		548.696	609.924
Remuneração financeira wacc		14.006	10.549
Receita de construção da infraestrutura da concessão		62.500	71.973
Outras receitas	(d)	31.708	14.852
Total receita bruta		1.122.115	1.170.108
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(300.796)	(387.817)
Total receita operacional líquida		821.319	782.291

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Consumidores:						
Residencial	2.866.096	2.749.528	1.138.219	1.041.295	416.586	428.886
Industrial	12.390	12.648	335.059	397.571	112.511	148.355
Comercial	200.969	197.290	582.679	563.171	235.952	249.361
Rural	155.831	175.530	171.403	155.082	34.404	34.172
Poder público	22.251	21.734	159.939	150.082	61.486	63.564
Iluminação pública	5.258	5.144	101.846	103.235	23.607	26.774
Serviço público	3.051	2.837	153.669	158.302	34.268	47.493
Consumo próprio	253	233	3.053	3.254		
Suprimento	25	29	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(7.755)	(1.300)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(517.126)	(577.172)
	3.266.124	3.164.973	2.645.867	2.571.992	393.933	420.133
Subvenções	-	-	-	-	62.569	41.955
Total	3.266.124	3.164.973	2.645.867	2.571.992	456.502	462.088

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.283, de 24 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 27 de abril de 2012, fixou em 7,71% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 5,41%. Coincidentemente este efeito médio se mantém o mesmo para os clientes atendidos tanto em baixa tensão (residências e outros) quanto em alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		45.576	43.301
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	<u>517.126</u>	<u>577.172</u>
		<u>562.702</u>	<u>620.473</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Renda da prestação de serviços	1.013	725
Arrendamentos e aluguéis	5.010	4.495
Serviço taxado	1.023	1.545
Taxa de iluminação pública	1.888	1.982
Administração de faturas de fraudes	214	178
Comissão serviços de terceiros	92	115
Multa infração consumidor	1.037	5.676
Ressarcimento Comercialização de Energia	21.322	-
Outras receitas	109	136
	<u>31.708</u>	<u>14.852</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Deduções da receita bruta

	31/03/13	31/03/12
IMPOSTOS:		
ICMS	(199.202)	(227.375)
PIS	(14.983)	(18.061)
COFINS	(69.070)	(83.265)
ISS	(431)	(358)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.831)	(8.570)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.887)	(6.702)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(5.188)	(35.262)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.434)	(3.161)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.508)	(1.265)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(754)	(632)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.508)	(1.270)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(1.896)
Total	(300.796)	(387.817)

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	Período acumulado de três meses findos em				
		31/03/13	31/03/12			
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(16.947)	(6.317)	(10.807)	(34.071)	(36.445)
Administradores		-	-	(540)	(540)	(516)
Entidade de previdência privada		(888)	(239)	(923)	(2.050)	(3.023)
Material		(2.860)	(73)	732	(2.201)	(2.553)
Combustível para produção de energia		(1.772)	-	-	(1.772)	(1.407)
Serviços de terceiros		(33.793)	(15.130)	(11.577)	(60.500)	(56.243)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(1.474)	-	-	(1.474)	(1.474)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(515.852)	-	-	(515.852)	(357.760)
Encargos de uso de rede	(c)	(17.179)	-	-	(17.179)	(43.804)
Amortização	(d)	(29.283)	(5.984)	(2.889)	(38.156)	(31.137)
Arrendamentos e aluguéis		(160)	(194)	(198)	(552)	(441)
Tributos		(698)	(102)	(541)	(1.341)	(1.046)
Provisões líquidas - PCLD		-	(18.316)	-	(18.316)	(77.825)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(11.200)	-	(11.200)	(12.766)
Provisões líquidas - contingências		-	-	(2.254)	(2.254)	1.260
Provisões atuariais		-	-	105	105	-
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(62.500)	-	-	(62.500)	(71.973)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação		-	-	-	-	(22)
Outros	(e)	(526)	(773)	(8.408)	(9.707)	(7.365)
Total custos / despesas		(683.932)	(58.328)	(37.300)	(779.560)	(704.540)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/03/13	31/03/12
Renda de aplicações financeiras	3.389	7.125
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	12.060	15.345
Variação monetária	8.710	8.266
Variação cambial	231	371
Operações swap	2.446	1.241
Receita Financeira da Concessão	977	-
Outras receitas financeiras	458	1.177
Total	28.271	33.525

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa Financeira	31/03/13	31/03/12
Encargos de dívida	(24.088)	(33.307)
Variação monetária	(8.783)	(7.095)
Variação cambial	(11)	(363)
Operações swap	(280)	(412)
Multas regulatórias	(8.452)	(4.747)
Outras despesas financeiras	(1.630)	(4.386)
Total	(43.244)	(50.310)

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/13			31/12/12		31/03/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	337	-	1.356	347	-	2.308
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	585	-	-	685	-
CELPE	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	783	783	-	536	536
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	123	499	-	84	383	-
TERMOVERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	68.255	(123.671)	-	70.048	(117.520)
	(d)	Uso da Rede	-	40	(125)	-	39	(121)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	238	-	-	85	-
			-	68.533	(123.796)	-	70.172	(117.641)
ITAPEBI	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.229	716	-	841	387	-
GERAÇÃO CIII	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	82	-	-	72	-
NC ENERGIA		Prestação de serviço	-	1	-	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	160	-	-	98	-
			-	161	-	-	98	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(f)	Prestação de serviço	-	422	(1.299)	-	443	(1.713)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	35	-	-	25	-
			-	458	(1.299)	-	468	(1.713)
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada	-	304	(669)	-	310	(598)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	82	-	-	63	-
			-	387	(669)	-	373	(598)
BAHIA PCH I	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	54	-	-	37	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	244	(537)	-	249	(480)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	61	-	-	41	-
			-	305	(537)	-	290	(480)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	16	-	-	18	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	285	(413)	-	191	(368)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	39	-	-	21	-
			-	324	(413)	-	212	(368)
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	4	-
SE NARANDIBA	(c)	Uso da Rede	-	18	(1)	-	3	(6)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	28	-
			-	18	(1)	-	31	(6)
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	42	-	-	23	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	15	(32)	-	27	(59)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	192	-	-	132	-
			-	207	(32)	-	159	(59)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	4	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.652	(3.632)	-	1.680	(3.245)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	221	-	-	276	-
			-	1.873	(3.632)	-	1.956	(3.245)
CIA. TELES PIRES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	424	-	-	411	-
ENERGY WORKS		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	85	-	-	68	-
CAPUAVA		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	66	-	-	115	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	43	-	-	43	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	196	-	-	22	-

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/13			31/12/12			31/03/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
CALANGO 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	52	-	-	63	-	
CALANGO 2	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	160	-	-	152	-	
CALANGO 3	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	190	-	-	152	-	
CALANGO 4	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	72	-	-	71	-	
CALANGO 5	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	157	-	-	145	-	
MEL 2		Energia comprada	-	16	(26)	-	-	-	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	9	-	-	27	-	
			-	25	(26)	-	27	-	
ARIZONA 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	235	-	-	181	-	
CAETITÉ 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	99	-	-	101	-	
CAETITÉ 2		Energia comprada	-	19	(42)	-	-	-	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	159	-	-	146	-	
			-	178	(42)	-	146	-	
CAETITÉ 3		Energia comprada	-	19	(42)	-	-	-	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	98	-	-	132	-	
			-	118	(42)	-	132	-	
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(h)	Empréstimos e Financiamentos	-	300.903	(8.425)	-	297.353	(8.514)	
Celpos	(g)	Contrato de Mútuo	-	142.847	(5.213)	-	143.029	(8.365)	
		Contribuição Patronal	-	164.331	(2.819)	-	156.227	(1.330)	
			-	307.178	(8.032)	-	299.256	(9.695)	
Neoenegia S.A.		Dividendos	-	2.338	-	-	2.338	-	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2.172	-	-	3.152	-	
	(e)	Aluguel/Comodato	-	54	(161)	-	54	(151)	
			-	4.564	(161)	-	5.544	(151)	
Amara Brasil	(f)	Prestação de serviço (almozarifado)	-	154	(703)	-	130	(562)	
Outros Minoritários		Dividendos	-	1.645	-	-	1.718	-	
		Juros sobre capital próprio	-	49	-	-	58	-	
			-	1.694	-	-	1.776	-	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:**(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL**

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n^{os} CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluyente e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

g) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 460 (R\$ 440 em 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores classificados como mantido para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no logo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos financeiros derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Categoria	Ativos (Passivos)			
	31/03/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	211.759	211.759	192.602	192.602
Titulos e valores mobiliários	8.266	8.266	9.564	9.564
Contas a receber de clientes e outros	805.185	805.185	923.455	923.455
Passivo				
Fornecedores	(453.241)	(453.241)	(374.482)	(344.821)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(210.321)	(210.321)	(208.350)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	(564.619)	(568.957)	(568.957)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(420.168)	(421.127)	(463.049)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(5.535)	(5.535)	(5.789)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	20.790	20.790	22.178

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presentes em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap euro para CDI e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/03/13 Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/03/12	31/12/12	
					31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12			
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	311	311	R\$ 803	R\$ 837	892	930	
Passiva				72,5% do CDI			R\$ 785	R\$ 785	794	748	
									98	182	98
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	1.682	1682	R\$ 4.349	R\$ 4.571	4.643	4.857	
Passiva				92% do CDI			R\$ 4.251	R\$ 4.251	4.314	4.260	
									329	597	329
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a	-	-	R\$ 201.997	R\$ 175.323	210.325	208.356	
Passiva				99,5% do CDI			R\$ 189.960	R\$ 172.519	189.960	186.957	
									20.365	21.399	20.365
Total									20.792	22.178	20.792

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 1.395 (R\$ 3.432, resultado positivo em 31 de março de 2012).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	3	4	5
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	(3)	(4)	(5)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de março de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Euro pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 234.965 registrados pelo valor contábil, considerando que contrato do BB Agro no montante de R\$ 189.957, possui operação de Swap atrelada ao CDI. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	5.365	4.024	2.682
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(9.134)	(11.390)	(13.668)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(9.445)	(10.261)	(11.077)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(3.199)	(3.999)	(4.799)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 204.878, sendo R\$ 181.284 em fundos exclusivos e R\$ 423.593 em outros ativos, além de R\$ 11 de aplicações no longo prazo.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013	2014	2015, 2016 e 2017	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	426.781	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	265.341	-	-	-
Debêntures	60.794	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(45)	-	-	-
Não Circulante				
Fornecedores	-	-	-	26.460
Empréstimos e Financiamentos	-	324.040	181.833	839
Debêntures	-	143.516	215.858	-
Instrumentos Derivativos	-	(12.272)	(13)	(39)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas n^{os} 15 e 16).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 31 DE MARÇO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 31 de março de 2013, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 3.065 (R\$ 14.108 em 31 de dezembro de 2012).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	13.372	13.087	129.475	129.942
	<u>13.372</u>	<u>13.087</u>	<u>129.475</u>	<u>129.942</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	220.407	217.205
Participação ativos	1.671	2.337	-	-
Desligados PDV	1	874	123	159
	<u>1.672</u>	<u>3.211</u>	<u>220.530</u>	<u>217.364</u>
Total	<u>15.044</u>	<u>16.298</u>	<u>350.005</u>	<u>347.306</u>

30. EVENTOS SUBSEQUENTES**Revisão Tarifária Periódica**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 0,19%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 1,97%.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.102 de 12 de abril de 2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 2.173.352. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia já está desenvolvendo as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios sejam realizados até o mês de junho/13.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Reconhecimento do subsídio da CDE e compra de energia

Conforme mencionado na Nota 6 às informações trimestrais, em 8 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassados às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia foram parcialmente reconhecidos no trimestre findo em 31 de março de 2013. Deste modo, o ativo circulante está apresentado a menor em R\$ 21.038 mil, o passivo circulante apresentado a maior em R\$ 18.451 mil e o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 39.489 mil, líquidos dos efeitos tributários.

Ausência de mensuração do impacto da revisão tarifária

Conforme descrito na Nota 30 às informações trimestrais, como parte do processo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (“SFF”) da ANEEL emitiu, em 12 de abril de 2013, o Despacho nº 1.102, divulgando o valor da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, considerando as adições realizadas pela Companhia até a data de 31 de outubro de 2012, no montante de R\$ 2.173.352 mil. A BRR é utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura como base para determinar o valor do ativo financeiro das concessões de distribuição de energia elétrica, relacionado ao montante a ser reembolsado pelo poder concedente ao término das concessões. Em 31 de março de 2013, o montante registrado como ativo intangível e ativo financeiro corresponde a R\$ 2.274.147 mil. A Administração da Companhia não concluiu a análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL, a fim de determinar o montante do ajuste aos saldos contábeis a serem registrados em 31 de março de 2013, que devem considerar também as adições realizadas entre 31 de outubro de 2012, data-base para o valor de BRR divulgado pela ANEEL, e 31 de março de 2013, data do balanço patrimonial intermediário apresentado nestas Informações Financeiras Trimestrais. Conseqüentemente, nenhum ajuste foi registrado em decorrência deste assunto nas informações trimestrais e, portanto, não é possível concluir sobre os possíveis impactos nos saldos do ativo financeiro, do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2013.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos “Base para conclusão

com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2012, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2, que foram efetuados para alterar essas informações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, como preparadas originalmente, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 23 de abril de 2012, sem ressalvas.

Como parte de nossa revisão das informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2013, revisamos também os ajustes descritos na Nota 2, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012 e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não sejam apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes às cifras trimestrais de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as informações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Recife, 14 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" PE
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Guilherme Naves Valle